

Polícia Penal de Minas utiliza tecnologia contra drones inédita no Brasil

Qui 24 agosto

A [Polícia Penal de Minas Gerais](#) é a primeira força de segurança pública do Brasil a utilizar uma nova tecnologia, de ponta, capaz de identificar, a longas distâncias e de forma automática, drones criminosos utilizados para burlar a segurança de unidades prisionais.

O equipamento, chamado de RF Patrol, emite sinais para avisar a aproximação de aeronaves não tripuladas a um local determinado, neutralizando o sinal dos aparelhos criminosos e indicando, com precisão, de onde parte o comando de voo.

O RF Patrol faz parte do Kit de Imediata Resposta, também chamado de Kit Anti-Drone, que conta ainda com outro aparelho: o Drone Gun. Essa tecnologia finaliza o processo de segurança, abatendo o drone, com precisão militar. O kit completo de equipamentos, que promete fechar o cerco ao arremesso de ilícitos a unidades prisionais por meio de drones – prática que passou a ser desafio no sistema prisional de todo o país – é, atualmente, utilizado por forças de segurança de países como os Estados Unidos e Ucrânia.

O kit começou a ser utilizado pela Segurança Pública do Estado nesta semana e já tem resultados: na segunda-feira (21/8), policiais penais da Penitenciária José Maria Alkimin, em Ribeirão das Neves, na Região Metropolitana, abateram um drone criminoso que sobrevoava os arredores da unidade. Além da aeronave, os policiais apreenderam um celular, um chip e um cabo USB.

Combate a práticas criminosas

Os equipamentos vão ampliar o trabalho já realizado de combate a práticas criminosas com o uso de drones, como o arremesso de drogas, celulares, objetos cortantes e rastreadores para o interior das unidades prisionais.

Essa tecnologia disruptiva impede que detentos tenham acesso a esses itens, com o intuito de evitar que eles cometam atividades criminosas e ilegais. E, com a possibilidade facilitada de localização do comando do voo, deve aumentar também a prisão de criminosos envolvidos.

O Kit Anti-Drone custou cerca de R\$ 1,4 milhão e foi adquirido por meio de parceria entre o Departamento Penitenciário de Minas Gerais (Depen-MG), o Ministério Público do Trabalho e o Conselho da Comunidade do município Ipatinga, no Vale do Aço.

Para a aquisição foi necessária realização de estudo técnico feito pela equipe da Coordenação de Operações com Aeronaves Remotamente Pilotadas (Coarp) do Depen-MG. Além disso, policiais penais que integram o Grupamento de Patrulha Aérea (Gpaer) participaram de treinamento para o uso correto da tecnologia.

O diretor de Segurança Externa do Depen-MG, Gleidson Tavares, afirma que essa aquisição demonstra o compromisso da Polícia Penal em combater o crime por meio da adoção de novas tecnologias, com o propósito de garantir um ambiente mais protegido para todos. “Essa iniciativa evidencia o fortalecimento da instituição e a sua preocupação em se manter à frente dos desafios diários e assegurar a integridade e a ordem nas unidades prisionais”, disse o diretor.

Já o procurador do Trabalho e representante do Ministério Público do Trabalho no Vale do Aço, Túlio Mota Alvarenga, destaca a importância da parceria firmada. “É com muita satisfação que destinamos esse recurso aplicado na aquisição de equipamentos para tutela da sociedade e garantia da segurança pública”. Segundo o procurador, a verba, oriunda de decisões judiciais condenatórias, pretende viabilizar mais segurança no sistema prisional e mais efetividade no trabalho desenvolvido pelos policiais penais.

No ano de 2022, foram registradas 246 ocorrências de apreensões de materiais ilícitos provenientes de lançamentos de aeronaves remotamente pilotadas. Somente no primeiro semestre de 2023 foram contabilizadas 76 ocorrências, com três drones criminosos confiscados.

Sispaer

Atualmente, a Polícia Penal de Minas Gerais já dispõe do Sistema Integrado de Patrulhamento Aéreo (Sispaer), referência nacional em policiamento aéreo com aeronaves remotamente pilotadas. Com a aquisição do Kit Anti-Drone, o objetivo é aprimorar e fortalecer as ações de enfrentamento à criminalidade e garantir a segurança tanto das unidades prisionais quanto da sociedade ao redor. Além de assegurar uma resposta ágil e eficaz às ameaças externas.